



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 78/XI/2ª

16.Novembro.2010 – 16h00

Aos 16 dias do mês de Novembro de 2010, pelas 16h00, reuniu na sala 5 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das actas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 97/XI/2ª - Pretendem que seja criada legislação adequada que permita a contratação efectiva de psicólogos, a fim de os alunos poderem usufruir de serviços de psicologia nas escolas.

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** Emídio Guerreiro - PSD

5. Projecto de Lei nº 442/XI/2ª - BE - Estabelece um novo regime de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

- **Apresentação pelo autor e debate**
- **Deputado Relator:** Deputado Amadeu Albergaria – PSD

6. Projecto de Lei nº 444/XI/2ª - PSD - Introduce dois representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas na composição do Conselho Nacional de Educação

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Deputado Relator:** - PS

7. Iniciativa Europeia COM(2010)546 e SEC(2010)1161 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Iniciativa emblemática no quadro da estratégia «Europa 2020: União da Inovação»

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Deputado Relator:** Deputado Bravo Nico - PS

8. Projecto de Lei nº 442/XI/2ª - BE - Estabelece um novo regime de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Deputado Relator:** Deputado Amadeu Albergaria – PSD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

9. Petição n.º 112/XI/2ª – Pretendem que o serviço informático B-ON continue disponível sem encargos

- Apreciação da nota de admissibilidade
- Deputado Relator – PCP

10. Relatório sobre as Leis Parcialmente Regulamentadas e não Regulamentadas da IX Legislatura à 1ª Sessão Legislativa da XI Legislatura

- Apreciação

11. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 17h30

12. Outros Assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 30.Novembro.2010 - 16h00

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Bravo Nico, relator do Projecto de Lei nº 444/XI, cuja apreciação do parecer se encontra agendada no ponto 6 da Ordem do Dia, sugeriu que fossem ouvidos, a este propósito e em fase de generalidade, a Presidente do Conselho Nacional de Educação, a Ministra da Educação e o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Propôs ainda o pedido de parecer ao Conselho das Comunidades Portuguesas e às entidades representadas no Conselho Nacional de Educação.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) sugeriu que fosse apenas ouvida, em Comissão, a Presidente do Conselho Nacional de Educação e que fosse solicitado parecer às restantes entidades, proposta que foi aceite por todos os Deputados.

Nesta sequência, e com a eliminação do ponto 6, foi aprovada, por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, a proposta de Ordem do Dia, tendo-se registado a ausência do PEV. A Comissão solicitará ao Senhor Presidente da Assembleia da República a prorrogação do prazo para entrega do parecer.

2. Aprovação das actas

As actas números 74, 75, 76 e 77, relativas às reuniões de 9, 11 e 12 de Novembro, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, tendo-se registado a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Senhor Presidente referiu-se aos convites para debates nas escolas, no âmbito do programa Parlamento dos Jovens, chamando a atenção para o elevado número de pedidos

chegados até ao momento – 159 – e para a necessidade de se proceder à indicação dos deputados.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) sugeriu a criação de um grupo de trabalho, constituído por um(a) Deputado(a) de cada GP, no sentido de o mesmo apresentar uma proposta completa e negociada de distribuição dos parlamentares pelos debates de escola e sessões distritais/regionais, sugestão esta que foi aceite por todos os Deputados presentes.

Nesta sequência, foram indicados os seguintes Senhores Deputados para integrarem o Grupo de Trabalho:

PS: Sofia Cabral
PSD: João Prata
CDS-PP: Michael Seufert
BE: José Soeiro
PCP: Rita Rato

Foi ainda decidido que a coordenação do Grupo de Trabalho será assegurada pela Senhora Deputada Sofia Cabral (PS), a quem caberá a elaboração do respectivo relatório.

- 3.2. O Senhor Presidente referiu-se ainda ao relatório da audiência concedida ao Sindicato Nacional do Ensino Superior, distribuído a todos os Deputados, não se tendo registado quaisquer intervenções sobre o mesmo.
- 3.3. Lembrou ainda que o Presidente do Secretariado do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado, Luis Alfaro Cardoso, procedeu à entrega de um documento com uma proposta de alteração à redacção do artigo 42º da Proposta de Lei para o Orçamento do Estado para 2011, no que concerne à identificação das instituições abrangidas pelo referido artigo. O documento foi distribuído por todos os Deputados.
- 3.4. O Senhor Presidente referiu-se ainda à informação elaborada pelos serviços da Comissão sobre o regime do nº 9 do artigo 6º e do nº 5 do artigo 8º-A do Decreto-Lei nº 207/2009, de 31 de Agosto, que altera o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, na redacção dada pela Lei nº 7/2010, de 13 de Maio.

O Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) considerou que o texto da Lei não oferece quaisquer dúvidas, entendendo, no entanto, que a informação poderia ajudar as instituições de ensino superior a esclarecer qual foi o entendimento da Comissão ao aprovar-se aquela norma.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) disse concordar com o conteúdo da informação, pese embora o PS tenha manifestado discordância em relação a esta matéria, no momento da discussão na especialidade, tendo mesmo alertado para eventuais constrangimentos. Considerou ainda que a emissão de parecer sobre a legislação produzida poderá levantar algumas dúvidas, do ponto de vista legal, e abrirá um precedente que, na sua opinião, não se justifica.

O senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) propôs o adiamento da decisão sobre esta matéria, para esclarecimento de algumas dúvidas junto do seu Grupo Parlamentar.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) considerou que o que se pretende é apenas o esclarecimento do que esteve na base da aprovação da norma, lembrando que, na Legislatura anterior, e em situação análoga, a Comissão de Educação e Ciência elaborou um documento para clarificar o espírito do legislador.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) manifestou reservas em relação a um eventual esclarecimento da Comissão sobre a interpretação jurídica da lei, entendendo que existem, em todas as áreas, várias interpretações das normas. Adiantou ainda que o PCP se absterá em relação a esta matéria.

Foi decidido adiar, para a próxima reunião da Comissão, uma deliberação sobre este assunto.

3.5. O Senhor Presidente referiu-se, por último, à Conferência sobre “Ciência”, agendada para o dia 20 de Dezembro de 2010, na Sala do Senado, solicitando aos deputados a divulgação do programa e cartaz desta iniciativa.

3.6. O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) propôs a utilização de uma grelha de tempos para as audições e audiências em Comissão, para que não se prolonguem demasiado no tempo, sugerindo uma intervenção inicial de 10 minutos para as entidades, a que se seguiria um período de três minutos para cada Grupo Parlamentar, proposta esta que foi aceite.

4. Petição n.º 97/XI/2ª - Pretendem que seja criada legislação adequada que permita a contratação efectiva de psicólogos, a fim de os alunos poderem usufruir de serviços de psicologia nas escolas.

Estiveram presentes, em representação dos peticionários, os psicólogos Jorge Costa, Ana Constância Costa, Eduardo Miguel Castro, Inês Faria e João Freire.

Referiram-se, em primeiro lugar, à situação dos psicólogos contratados ao abrigo do Decreto-Lei nº 35/2007, sem possibilidade de ingresso na carreira ou de continuidade do seu trabalho e chamaram a atenção para os 340 psicólogos, que trabalharam nas escolas até 31 de Agosto último, não tendo, até ao momento, qualquer indicação sobre os seus contratos de trabalho. Recordaram ainda que o último concurso para ingresso de psicólogos ocorreu em 1997.

Os subscritores da Petição solicitam a contratação efectiva de psicólogos para trabalharem no contexto escolar, de modo a que todas as escolas passem a ter Serviços de Psicologia e indicam como ganhos resultantes da intervenção destes profissionais, o menor abandono e absentismo escolar, o aumento dos resultados, a maior participação dos diversos agentes educativos e a melhor preparação em relação aos modelos de aprendizagem ao longo da vida, de que resulta maior produtividade.

Lembraram ainda algumas das principais funções e actividades desenvolvidas pelos psicólogos em contexto escolar: avaliação psicológica e psicopedagógica de alunos e seu acompanhamento, atendimento e apoio a pais e encarregados de educação, formação, consultadoria e apoio psicopedagógico aos professores e assistentes operacionais, orientação escolar e profissional, entre outras.

Fizeram ainda alusão aos cortes, na ordem dos 50%, previstos para as contratações de psicólogos para trabalhar nas escolas, referindo que algumas Direcções Regionais estarão a tentar obviar os problemas decorrentes deste corte com a colocação de 1 técnico para cada 2 agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas. Outras terão optado por colocar um psicólogo por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, deixando inevitavelmente a descoberto concelhos inteiros, que ficam sem recursos internos nesta área.

Intervieram os Senhores Deputados Rita Rato (PCP), Rosalina Martins (PS), Michael Seufert (CDS-PP), José Soeiro (BE) e Emídio Guerreiro (PSD), que apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares e colocaram questões aos peticionários, designadamente sobre o número de psicólogos nos quadros do Ministério da Educação, justificação para o atraso na colocação dos psicólogos no presente ano lectivo, impacto da reorganização da rede.

Em resposta às questões colocadas, os peticionários confirmaram que, dos 340 psicólogos que se encontravam nas escolas até 31 de Agosto de 2010, nenhum se encontra a trabalhar no presente ano lectivo, o que justificou a necessidade de criação do grupo Psicolos.

Chamaram ainda a atenção para o facto de a Lei não estar a ser cumprida e para o reconhecimento, por parte das DRE's, pais, professores e restante comunidade educativa, da necessidade de psicólogos nas escolas.

Quanto à reorganização da rede, disseram esperar que não signifique menos psicólogos para mais crianças.

5. Projecto de Lei nº 442/XI/2ª - BE - Estabelece um novo regime de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) apresentou o Projecto de Lei, referindo que foram acolhidas algumas das soluções contidas no regulamento das bolsas. Acrescentou ainda que o que se pretende é garantir que os efeitos negativos não signifiquem a exclusão de mais estudantes do ensino superior.

6. Projecto de Lei nº 444/XI/2ª - PSD - Introduce dois representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas na composição do Conselho Nacional de Educação

Este ponto foi adiado.

7. Iniciativa Europeia COM(2010)546 e SEC(2010)1161 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Iniciativa emblemática no quadro da estratégia «Europa 2020: União da Inovação»

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

8. Projecto de Lei nº 442/XI/2ª - BE - Estabelece um novo regime de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

9. Petição n.º 112/XI/2ª – Pretendem que o serviço informático B-ON continue disponível sem encargos

A Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV. Cabendo ao PCP a indicação do relator, foi designado o Senhor Deputado Miguel Tiago.

10. Relatório sobre as Leis Parcialmente Regulamentadas e não Regulamentadas da IX Legislatura à 1ª Sessão Legislativa da XI Legislatura

Foram apreciadas as informações da DILP e dos serviços de apoio da Comissão, referentes ao relatório de regulamentação das leis, tendo o Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) chamado a atenção para o facto de a Lei nº 34/2003, de 22 de Agosto - Reconhecimento e valorização do movimento associativo popular, não se integrar na área de competência da Comissão de Educação, o que será comunicado pelo Presidente da Comissão em Conferência de Presidentes.

11. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 17h30

Estiveram presentes na audiência os seguintes representantes da AEEP: João Alvarenga, João Munõz, Rodrigo Queirós e Melo, José Ferreira e João Trigo.

Começaram por agradecer a celeridade na marcação da audiência, apresentando depois as questões que os preocupam e que se prendem, essencialmente, com o Orçamento do Estado para 2011 e com a denúncia dos contratos com as instituições de ensino particular e cooperativo, quer sejam contratos de associação, simples ou de patrocínio.

Esclareceram que esta medida afectará mais de 500 escolas (93 com contratos de associação, cerca de 400 com contratos simples e cerca de 100 com contratos de patrocínio), 80.000 alunos e 10.000 professores e funcionários, daí o clima de grande instabilidade que se vive actualmente nestas instituições.

Referiram ainda que esta medida do Ministério da Educação, que revoga toda a arquitectura jurídica em vigor, apanhou de surpresa as instituições, que vinham negociando as verbas, sem nunca pôr em causa eventuais cortes. Por outro lado, as escolas organizaram-se no final do ano lectivo anterior, de acordo com o enquadramento em vigor.

Intervieram os Senhores Deputados José Manuel Rodrigues (CDS-PP), Emídio Guerreiro (PSD), Ana Drago, Bravo Nico (PS) e Rita Rato (PCP), que apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares e colocaram várias questões, designadamente sobre o número de escolas com contrato, o modelo de funcionamento que vigorou até 4 de Novembro, as verbas por turma/ano, sobre a existência de escolas com contrato de associação que colmatam necessidades da rede pública, sobre a flexibilidade para alterar as regras a meio do ano, entre outras.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Respondendo às questões colocadas, os representantes da AEEP esclareceram que os contratos foram renovados no presente ano lectivo, mas que a partir de 4 de Novembro a situação se alterou, não sendo possível, neste momento, reduzir a carga horária dos seus docentes.

Apresentaram ainda casos concretos de instituições, localizadas em zonas onde existem lacunas da rede pública, que apostaram na estabilização do corpo docente e na qualificação dos seus alunos, cuja situação fica agora insustentável.

Por último, consideraram que a revogação de artigos programáticos nada tem a ver com o Orçamento do Estado e concluíram, considerando que estas alterações lançam a zero 30 anos de ensino particular e cooperativo.

12. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data da próxima reunião

Dia 23. Novembro. 2010 - 15h00

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 16 de Novembro de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
João Prata
José Ferreira Gomes
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Manuel Mota
Margarida Almeida
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nuno Araújo
Paula Barros
Pedro Rodrigues
Raquel Coelho
Rosalina Martins
Sofia Cabral
Teresa Damásio
Vânia Jesus
Conceição Casa Nova
Isabel Coutinho
José de Bianchi
José Moura Soeiro
Maria Luísa Santos
Paulo Barradas
Paulo Cavaleiro
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
João Sequeira
Manuela de Melo